

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.650 - RJ (2019/0349421-1)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AUTOR : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ANTÔNIO DE FIGUEIREDO MURTA FILHO - RJ059164
RÉU : LIA MARCIA AMARAL DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : ELAN RODRIGUES E OUTRO(S) - RJ032874
ARTHUR MARTINS RAMOS RODRIGUES - RJ138451
VICTOR MARTINS RAMOS RODRIGUES - RJ124058

DECISÃO

Trata-se de ação rescisória com pedido liminar proposta pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fulcro no art. 966, V, do CPC/2015, visando rescindir acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Alega o autor que, "ao propor a ação, a ora demandada limitou-se a alegar a suposta defasagem estipendial, sem se preocupar em produzir qualquer indício, ao menos, de que teria suportado prejuízo à época da conversão da moeda" (e-STJ fl. 15).

Afirmou que deve ser rescindido o aresto atacado, em razão de ofensa ao art. 1º do Decreto 20.910/1932, ao art. 22 da Lei 8.880/1994 e aos arts. 333, I, e 334, I, do CPC/1973 (correspondentes aos arts. 373, I e 374, I do CPC de 2015), sustentando que (e-STJ fls. 16/17):

- 1) a remuneração da carreira dos docentes estaduais fluminenses foi reestruturada em 2009 (Lei Estadual 5.584/2009), com a fixação de novos padrões remuneratórios por lei. Assim, nenhuma diferença seria devida a partir daquele ano, conforme entendimento consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, e eventuais diferenças anteriores estariam sujeitas ao efeito da prescrição, cujo prazo quinquenal findou-se no ano de 2014;
- 2) A sistemática prevista na Lei federal nº 8.880/94, especialmente em seu artigo 22, não trouxe qualquer prejuízo para o pagamento dos servidores públicos estaduais, por isso que o pagamento ocorria no mês subsequente ao trabalho, conforme calendário de pagamento publicado no Diário Oficial (fato notório), ao contrário do que ocorria com os servidores que recebiam nos últimos dias do mês trabalhado, em favor dos quais se consolidou a jurisprudência desse Colendo Superior Tribunal de Justiça - não aplicável, portanto, à situação dos servidores públicos estaduais;
- 3) A posição adotada choca-se frontalmente com o entendimento já sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema, desde o ano de 2009. Como será visto adiante, aplicou-se, ao caso dos autos, entendimento oposto ao consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, que faz expressa ressalva aos servidores cujos vencimentos eram pagos antes do fim do mês trabalhado;
- 4) Não houve comprovação de eventual diferença, a menor, entre os valores recebidos pela parte ré à época da conversão da moeda, considerando a data de pagamento da remuneração (mês subsequente ao trabalho) e os valores devidos de acordo com a regra do artigo 22 da Lei nº 8.880/94, de modo a comprovar o suposto prejuízo e o direito ao recebimento de reajuste;
- 5) A condenação foi imposta com base em mera suposição de prejuízo suportado pela parte ré – invocando entendimento jurisprudencial que não se

enquadra no caso dos autos –, já que não houve perda com a aplicação do critério previsto no artigo 22 da Lei federal nº 8880/94, à medida que convertidos seus vencimentos por divisor inferior àquele em vigência na data do efetivo pagamento (mês subsequente).

Na origem, foi proferida decisão reconhecendo a incompetência daquela Corte para o processamento e julgamento da presente rescisória, com a determinação de remessa dos autos ao STJ, com os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 06/07):

No caso, a citada decisão de fls. 249/256 adentrou o mérito com relação a ao menos uma das questões federais apontadas como controvertidas pelo então recorrente, ao assim concluir:

"Quanto à violação do art. 1º do Decreto-Lei n. 20.910/32, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento desta Corte segundo o qual, nas ações em que se pretende o recebimento de diferenças salariais, não ocorre a prescrição do fundo de direito" (fl. 254 do Anexo 1).

A meu sentir, torna-se forçoso concluir que, em princípio, houve o efeito substitutivo previsto no artigo 1.008 do CPC, a atrair a competência do E. Superior Tribunal de Justiça, sendo que apenas a Corte Superior tem competência para reconhecer ou afastar a natureza meritória da decisão de fls. 249/255 do Anexo 1.

Apresentada emenda à petição inicial (e-STJ fls. 66/90), pleiteia o autor a concessão de tutela provisória de urgência, a fim de que seja determinada a suspensão da execução do aresto rescindendo, que impôs a obrigação de efetuar o pagamento de parcelas supostamente vencidas, sem que "haja nem sequer semelhança entre a situação dos autos e aquela consagrada pela jurisprudência do STJ"

Passo a decidir.

Da análise dos autos, verifica-se a incompetência desta Corte Superior para apreciar e julgar a presente ação.

Com efeito, a ação rescisória tem como finalidade a desconstituição de decisão de mérito, sendo certo que, nos termos do art. 105, I, "e", da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as ações rescisórias dos seus julgados.

Na presente hipótese, a decisão proferida por esta Corte, no julgamento do Resp 1.573.699/RJ, decidiu que (e-STJ fls. 342/348):

a) não havia ofensa ao art. 535 do CPC/1973;

b) quanto à violação do art. 22 da Lei 8.880/1994, não ficou comprovado que a servidora recebia seus vencimentos em data posterior ao término do mês, concluindo a Corte local que esse fato deveria ser comprovado na fase de liquidação de sentença. Assim, decidir em sentido contrário, a fim de verificar a real data de pagamento, demandaria o reexame do acervo-fático probatório dos autos, medida vedada na via eleita, nos termos da Súmula 7 do STJ;

c) no tocante aos arts. 333, I, 334, I, e 460 do CPC/1973, o necessário reexame da matéria fático-probatória é vedado em sede de recurso especial, incidindo, também a Súmula 7 do STJ;

d) em relação ao art. 1º do Decreto 20.910/1932, o acórdão recorrido estava em consonância com o entendimento desta Corte segundo o qual, nas ações em que se pretende o recebimento de diferenças salariais, não ocorre a prescrição do fundo de direito.

Assim, no que se refere à ofensa ao art. 22 da Lei 8.880/1994 e aos arts. 333, I, e 334, I, do CPC/1973 (correspondentes aos arts. 373, I e 374, I do CPC de 2015) – indicados como fundamento da presente rescisória –, verifica-se que a decisão proferida pelo STJ restringiu-se a não conhecer do recurso especial, ao entendimento de que incidiria a Súmula 7 do STJ.

No tocante à prescrição (art. 1º do Decreto 20.910/1932), esta Corte apenas afirmou que o julgado proferido pelo Tribunal de origem estava em consonância com a jurisprudência do STJ em relação ao tema, o que atrai a Súmula 83 do STJ. Assim, quanto ao ponto, também não foi conhecido o recurso especial.

Note-se, ademais, que a causa de rescisão apontada na exordial – relativa à ocorrência da prescrição do fundo de direito **em razão da reestruturação da carreira advinda da edição de lei estadual** – não foi devolvida a esta Corte nas razões do especial, sendo certo que, se existente, referida causa não surgiu no julgamento do apelo nobre, mas, sim, na apreciação da apelação pelo Tribunal Estadual, a quem competia analisar a existência de lei local a ensejar a prescrição do fundo do direito, nos moldes como ora alegado.

Assim, incide na espécie a Súmula 515 do STF: "a competência para a ação rescisória não é do Supremo Tribunal Federal, quando a questão federal, apreciada no recurso extraordinário ou no agravo de instrumento, seja diversa da que foi suscitada no pedido rescisório". Nesse mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. SERVIDOR PÚBLICO. FUNÇÃO COMISSIONADA. ÍNDICE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO COM REAJUSTE CONCEDIDO COM BASE NA LEI N. 8.627/1993. MATÉRIA NÃO DECIDIDA PELA DECISÃO RESCINDENDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 515 DO STF.

1. Considerando que as causas de desconstituição do julgado apontadas na exordial, relativas à violação de literal disposição de lei e ao erro de fato, se existentes, não surgiram no julgamento do recurso especial, mas por ocasião da apreciação da apelação pelo Tribunal Regional, é de se reconhecer a incompetência do Superior Tribunal de Justiça para julgar a ação rescisória.

2. Na espécie, a decisão desta Corte Superior restringiu-se a negar seguimento ao recurso especial ao fundamento de que o acórdão recorrido observou a jurisprudência do STJ, de que o índice de 28,86% também alcança as funções comissionadas ou gratificadas. Nada decidiu sobre a causa de pedir ora invocada, a de que a requerente teria sido beneficiada com reajuste

que deveria ser compensado com o aludido percentual assegurado pela sentença coletiva.

3. Incide, por analogia, a Súmula 515 do STF: "A competência para a ação rescisória não é do Supremo Tribunal Federal, quando a questão federal, apreciada no recurso extraordinário ou no agravo de instrumento, seja diversa da que foi suscitada no pedido rescisório."

4. Agravo regimental não provido. (AgRg na AR 4.441/RS, de minha relatoria, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 09/09/2015).

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ART. 485, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OFENSA A COISA JULGADA. EX-COMBATENTE. ACÓRDÃO RESCINDENDO QUE NÃO EXAMINOU O MÉRITO DA CONTROVÉRSIA EM RAZÃO DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 7/STJ. INCOMPETÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 515/STF. PEDIDO SUBSIDIÁRIO. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE. IMPOSSIBILIDADE. INICIAL QUE SE INSURGE CONTRA ACÓRDÃO EQUIVOCADO. PRECEDENTES. AÇÃO RESCISÓRIA EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

1. Não tendo havido o exame do mérito pelo STJ, na medida que o acórdão rescindendo limitou-se a aplicar o óbice da Súmula 7/STJ, patente é a sua incompetência para processar e julgar a presente demanda rescisória, a qual deve se voltar contra o acórdão do Tribunal regional. Incidência da Súmula 515/STF.

2. O pedido subsidiário não merece acolhida, porquanto o STJ perfilha entendimento no sentido de que, proposta equivocadamente a rescisória, é incabível a remessa dos autos ao juízo competente, na medida em que a inicial se insurge contra acórdão equivocado, caso em que não poderia o relator corrigir o mérito do pedido.

3. Ação rescisória extinta sem resolução de mérito (AR 4.515/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 19/03/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO RESCISÓRIA. QUESTÃO DIVERSA. SÚMULA Nº 515/STF. REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. INVIABILIDADE. PRECEDENTES.

1. Segundo a aplicação analógica da Súmula nº 515/STF, a competência para a ação rescisória não é do Superior Tribunal de Justiça quando a questão federal apreciada no recurso especial seja diversa daquela suscitada no pedido rescisório.

2. No caso, a matéria objeto da presente ação rescisória - configuração ou não dos requisitos da responsabilidade civil - não foi analisada no acórdão rescindendo.

3. Não é possível a remessa dos autos ao Tribunal local quando o autor se insurge na inicial contra acórdão equivocado, tendo em vista a inviabilidade de correção do pedido e da causa de pedir articulados.

4. Agravo regimental não provido (AgRg nos EDcl na AR 4.573/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 13/02/2015).

Ante o exposto, reconheço a INCOMPETÊNCIA do STJ para processar e julgar da presente ação rescisória e DETERMINO o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para o julgamento do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator